

**JORNAL DO BRASIL**

Fundado em 1891  
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente  
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo  
MAURO GUIMARÃES — Diretor  
FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe  
MARCOS SÁ CORREIA — Editor  
FLAVIO PESHEIRO — Editor Assistente

**A Felicidade de Todos**

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, invocou sua condição pretérita de "bom clínico geral" para dizer que identificou "uma enorme felicidade" na voz do presidente da República ao informá-lo de que obtivera 317 assinaturas a emenda constitucional que dá cinco anos de mandato ao presidente.

Não é preciso estudar medicina para saber se alguém está contente ou não. O que cumpre indagar, neste momento, é se a prioridade deve ser a felicidade pessoal do presidente — e do seu círculo doméstico — ou a felicidade da nação.

D Pedro I curvou-se à segunda no episódio do Fico. Mas o Fico do presidente Sarney não conta exatamente com o apoio popular — nem mesmo com apoio "especializado", a julgar pelos jatinhos que cruzaram os céus do Brasil em busca de assinaturas para um apoio que é meramente preliminar, hipotético. Nesse caso, há uma visível dissonância entre a felicidade geral e algumas felicidades particulares.

Não se pode governar, em princípio, tendo por base essa idéia da felicidade — a geral e, sobretudo, a particular. Só os demagogos têm coragem de oferecer ao povo essa esquiwa mercadoria; o estadista trabalha com outros métodos, e avança por outros caminhos.

O que se pode exigir de um governo? Que a lei seja respeitada; que as instituições e os homens públicos estejam acima de qualquer suspeita; que haja cidadania, justiça, igualdade de oportunidades.

Dos constituintes se pode dizer o mesmo: pobre do país em que uma Assembléia constituinte tomar como norte fazer a felicidade de todos. O lado sentimental da idéia afogará os mais sólidos preceitos de administração pública e de economia política. Se um demagogo faz mal quando instalado no poder, uma Constituinte demagógica é o próprio desatino oficializado.

O mal-estar de que padece o Brasil, entretanto, não tem a ver com um conceito superficial de felicidade, e sim com a idéia mais profunda de legitimidade e respeito à opinião pública. São essas camadas profundas que, neste momento, cobram reconhecimento, e erguem-se à frente de todo político que não tenha perdido o contato com a realidade.

O Brasil está vivendo uma "transição" que, a rigor, começou no tempo do governo Geisel, quando foi abolida a censura e decidiu-se pelo fim do AI-5. Depois disso, o governo Figueiredo deu um passo à frente quando promoveu as eleições diretas para os governos estaduais — até perder impulso embrulhado em suas próprias contradições.

A etapa seguinte foi a eleição indireta que viabilizou a chegada das oposições ao poder através de uma engenharia política onde brilhou a experiência e a sagacidade de um Tancredo Neves. Mas logo entramos a viver um outro problema, quando o presidente foi impedido pela morte de dar início ao seu mandato, sendo substituído na cerimônia pelo vice.

Este é o problema que está no ar, e que exerce

visivelmente um efeito perturbador sobre a alma nacional. O país está descontente; e no momento em que se instalou uma Assembléia constituinte, deixou perfeitamente claro que contava com o mais alto e mais livre dos foros decisórios para ingressar na etapa definitiva da legitimação democrática do poder.

A sociedade brasileira já deixou claríssima essa decisão, que não é de hoje, e que ganha força a cada dia: quer um presidente eleito, que tenha a representatividade essencial a um dos momentos mais graves da nossa história. O que ela quer não é uma felicidade banal: é o reconhecimento do seu direito de participar, afinal, plenamente como agente do processo político. E o reverso da medalha é a constatação de que o governo em exercício foi perdendo, de degrau em degrau, toda a representatividade.

Em que momento começou essa descida? Quando o governo deixou claro que tinha os seus próprios projetos, desligados do momento histórico e das suas necessidades particularíssimas.

Ninguém é obrigado a ser maior do que si mesmo. Ninguém que ocupe a chefia do Executivo tem a obrigação de ser um grande presidente. Mas o presidente situado no fulcro de um angustiante processo de "transição" tem a obrigação de não perder o contato com a hora, de sentir em que direção quer caminhar um país que foi privado por tempo demasiado da sua capacidade de expressão e decisão própria.

Com a instalação do processo constituinte, o cidadão brasileiro sentiu instintivamente que alcançávamos uma etapa vital para a idéia da representatividade. Uma constituinte é um estuário para onde convergem as aspirações nacionais — a serem filtradas numa ordenação política racional. Uma Constituinte que voltasse as costas à nação seria uma aberração histórica.

A Constituinte, numa primeira instância, já se pronunciou sobre o mandato do presidente: fixou-o em quatro anos. Essa decisão deverá brevemente ser confirmada em plenário. A decisão soberana do plenário, entretanto, causa um inexplicável pânico na área do Executivo. Desde o ano passado que todas as energias do governo parecem concentradas nervosamente no objetivo único de influenciar essa decisão — no sentido de amoldá-la aos desejos do governo.

Consultou o governo a nação, antes de embarcar nesta perigosa aventura? Não se multiplicam, diariamente, os sinais de que o país quer eleições este ano — tanto para apressar e finalizar a famigerada "transição", como para entrar quanto antes num clima "definitivo", essencial para o ataque aos nossos principais (e graves) problemas?

É numa hora dessas que o líder do governo na Câmara mostra-se demasiado sensível à felicidade pessoal do presidente, e brande assinaturas colhidas em circunstâncias certamente artificiais de temperatura e pressão. Não é hora de consultar, em vez disso, os sentimentos da nação?